

## Sinais de decadência: a derrota do regime militar na Novembrada

Maurício Ieri

[mauricioieri@hotmail.com](mailto:mauricioieri@hotmail.com)

Universidade Federal de Santa Catarina

**Resumo:** O presente artigo trata do episódio ocorrido na capital catarinense conhecido como “Novembrada”. Em tempos de repressão política, que teve seu auge marcado a partir de 1968 a meados de 1970, nos ditames do regime militar a visita do então presidente general Figueiredo, eclodiu uma manifestação de cunho popular que tomou às ruas do Centro de Florianópolis, apontando sinais de enfraquecimento do governo ditatorial frente à sociedade civil ao final dos anos 1970 e início dos anos 1980. Através de depoimentos de pessoas que vivenciaram este episódio, de um filme e um documentário sobre o mesmo, este artigo busca trazer algumas considerações sobre este fato histórico.

**Palavras-chave:** Novembrada; Barriga Verde; Ditadura; Florianópolis.

**Abstract:** This article is about the episode occurred in the capital of Santa Catarina known as "Novembrada." In times of political repression, which peaked marked from 1968 to mid-1970, the military regime dictates of the visit of then President General Figueiredo, broke a manifestation of popular slant that took to the streets of the center of Florianópolis, pointing signs weakening dictatorial government ahead of civil society in the late 1970s and early 1980s. Through testimonials from people who have experienced this episode, a movie and a documentary about the same, this article seeks to bring some considerations about this historical fact.

**Key Words:** Novembrada; Barriga Verde; Dictatorship; Florianópolis.

### *Signs of decadence: the defeat of the military regime in Novembrada.*

Depois de instaurado o regime militar em 1964 por um golpe de estado composto por vários grupos de elite, o país mergulhou em uma era de repressão e rígida censura. A imprensa e publicações em todos os meios de comunicação eram barradas, sofrendo inúmeros cortes para chegar ao seu público; o meio acadêmico sofria constantes ameaças e opressão, inclusive com inúmeros casos de professores levados para depoimento e interrogatório. A prática de tortura era comum para obter depoimento, a violência foi forte característica do regime militar que se estendeu até 1985. O poder, cada vez mais centralizado, chegou ao seu auge com o AI-5, em 1968, o que possibilitou maior atuação do regime em diversas



instâncias. Em 1975, a Operação Barriga Verde em Santa Catarina prendeu e torturou 45 pessoas acusadas de ligação com os comunistas.

Já em 1979, a visita do então presidente militar João Batista Figueiredo a Florianópolis causou tumultos e protestos por parte de estudantes apoiados pela população, no episódio conhecido como Novembrada. Sete estudantes, do curso de Medicina em sua maioria, foram presos e enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Nesse sentido, é possível notar indicativos de uma possível decadência do poder do regime militar em termos de sua conformação social a partir desse período. A Novembrada é vista por muitos como um claro sinal da morte da ditadura militar. Para alguns autores, os acontecimentos que deram corpo a Novembrada podem ter sido iniciados em 1975, com a implantação da Operação Barriga Verde no estado de Santa Catarina.

### **Anos de Chumbo (1964 – 1985)**

O governo republicano de João Goulart entrava em sua fase final com o Plano Trienal, o que causou grande desconforto entre vários grupos conservadores. Em 1º de abril de 1964, os generais Luís Carlos Guedes e Mourão Filho sublevaram a união de diversos grupos sociais, econômicos e políticos (como a burguesia, os militares e os tecnocratas) ao poder, através de um golpe que derrubou o governo de Goulart, implantando o regime militar.

General Castelo Branco, que ficou no poder entre 1964 e 1967, logo instaurou o Ato Institucional número um, de abril de 1964, levando o executivo ao poder com a possibilidade de cassar mandatos, suspender direitos de cidadãos e decretar estado de sítio, além de prever uma eleição direta em 1965, logo no ano seguinte. Apenas o aspecto de eleições diretas demonstrava que o poder fora tomado apenas para repensar as estratégias econômicas e sociais brasileiras, prometendo à população que logo a república retornaria ao seu estado normal. Castelo Branco abriu a economia para o capital estrangeiro, retraindo o crescimento nacional. No entanto, o Ato Institucional número dois demonstra a real característica do regime militar: ao extinguir os partidos políticos, e com isso acabando com a oposição, encerrou a possibilidade de eleições diretas e apresentando à população a Lei de Segurança Nacional, onde o governo ditatorial tinha total e plena autonomia pela corte militar. Em 1966, após mais um Ato Institucional, os militares e setores da sociedade civil (como o empresariado e os industriais) cada vez mais centralizavam o poder, surgem os dois únicos partidos: a ARENA (Aliança Renovadora Nacional), de direita e de maior poder; e o partido de esquerda MDB (Movimento Democrático Brasileiro).



O general Castelo Branco fazia parte do grupo dos chamados ‘Brandos’, vindo da Escola Superior de Guerra, regendo um poder balanceado entre o autoritarismo e o liberalismo e se opunha aos ‘Duros’, baseados no controle rígido da política econômica e diplomática, empregando sem limites a censura e a repressão violenta.

Costa e Silva, candidato único, sobe ao poder em 1967, e demonstra um caráter fortemente liberal, mudando radicalmente o plano econômico de Castelo Branco, iniciando uma fase de expansão econômica extremamente favorável para a classe média, criando a ilusão de liberalismo, mas que na realidade seria uma estratégia para a busca de aliados no momento em que o governo adotasse uma linha mais rígida de comando. Entretanto, logo Costa e Silva amplia os poderes do Conselho de Segurança Nacional e, em 1968, decreta o Ato Institucional número cinco, o famoso AI-5, o mais violento e duradouro de todos os decretos do regime militar brasileiro. O AI-5 vigorou até 1979 e deu ao presidente poderes para fechar por tempo ilimitado o Congresso Nacional, Assembléias e Câmaras Estaduais, suspender direitos de qualquer cidadão por dez anos, cassar mandatos efetivos, ou seja, qualquer pessoa atingida pelo novo Ato Institucional ficava impossibilitada de qualquer direito de defesa. Para muitos historiadores, o regime militar começa de fato após o AI-5. O Ato dá poderes sem precedentes para o governo nacional, centraliza de fato o poder nas mãos do executivo, e dá luvas de ferro para que o regime possa controlar a população brasileira. Mas a era de terror da história do Brasil ainda estava por vir: em 1969, o Marechal Costa e Silva sofre uma trombose cerebral e cede poder a uma Junta Militar, que em pouco mais de um mês no poder lança inúmeros Atos Institucionais e documentos que aprimoravam o poder e o alcance da ditadura militar. Logo sobe ao poder o General Emílio Garrastazu Médici, que ficaria no poder até 1974.

O governo de Médici decorreu sob o clima do ‘milagre’ que buscava um Brasil mais agressivo como potência mundial. A propaganda foi usada em larga escala, enaltecendo o brasileiro e sua cultura e país. No entanto, logo o ‘milagre’ entra em crise e, apesar da diversificada industrialização, afunda o país em uma dívida externa monstruosa e deixa para trás uma das piores distribuições de renda do mundo. O mais marcante, porém, do governo de Médici foi sua repressão e violência contra a oposição. A censura ganhara um caráter rígido, as manifestações e greves duramente reprimidas, o que levou ao PCB (Partido Comunista Brasileiro), que agia ilegalmente, à fragmentação, uma vez que esse acreditava que um levante iria apenas justificar a repressão do regime militar. O PCB fragmentou-se em outras organizações que pegaram em armas, mas mesmo assim, a oposição era fraca, não contando com mais de 1.000 homens em seu total, perseguidos e caçados como animais, presos e



torturados. É essa a visão que ficou do regime militar: a violência desenfreada contra uma minoria que defendia direitos civis e políticos básicos.

Médici deixou em 1974 um cenário explosivo: a população estava indignada com a violência de seu Estado e 80% estava incrivelmente mais pobre em decorrência do ‘milagre’. É nesse ponto em que o General Ernesto Geisel se apresenta na presidência. A subida de Geisel à presidência marcou o retorno do grupo castelista ao poder. Vários colaboradores e o próprio Ernesto havia feito parte do governo Castelo Branco. Pelas insatisfações populares, o governo de Geisel se decide por largar o ‘milagre’ em favor de um novo (e desastroso) plano econômico. O governo continuou com os empréstimos que desde o golpe vinham acumulando uma imensa dívida e, talvez o maior desastre econômico da história nacional, implantou o Proálcool, visando o consumo de álcool como combustível no lugar da gasolina. O plano apenas trouxe problemas, pois o alto preço da gasolina continuou, pois o combustível também é usado na manufatura de outros produtos, portanto necessária, mas não havia a procura que antes tinha como combustível, assim ela tinha que ser exportada por um preço menor do que sua importação, ao mesmo tempo em que havia emissão de dinheiro para subsidiar a produção de álcool; muitas áreas agrícolas, que antes produziam alimentos diversificados começaram a produzir exclusivamente cana para o álcool, o que causou falta de alimentos de solo nacional, aumentando ainda mais a exportação. O Proálcool aliou-se a um infeliz acordo nuclear com a Alemanha para formar uma péssima economia brasileira e uma dívida externa imensa.

No plano social, Geisel iniciou a abertura política, a imprensa libertou-se da censura, o movimento estudantil reorganizou-se e os sindicatos passaram a pressionar mais o governo. A abertura política estabelecida aos poucos no governo Geisel concluiu-se com a revogação do AI-5, em 1979.

O último presidente militar, o General João Batista Figueiredo subiu ao poder em 1979 e ficou até 1985, quando ocorreu a primeira eleição direta após o golpe militar. O governo deu continuidade a sua abertura política, paralela ao pior cenário econômico nacional, onde o PIB chegou a índices negativos, principalmente na crise entre 1981 e 1984. A falta de tato político logo levou Figueiredo a perder seus aliados. Mas houve importantes passos contra o regime, como a Lei da Anistia de 1979, quando o governo anistiou os presos e exilados, assim como vários políticos condenados por crimes de abuso de poder e tortura, além da Reforma Partidária, que manteve a ARENA, apenas com uma mudança de nome para PDS (Partido Democrático Social) e fragmentou a já contraditória oposição, diminuindo ainda mais seu poder. João Batista lidou com uma enorme crise e com a queda de investimentos exteriores e privados. A inflação quadruplicou e a dívida externa deu um salto de mais de 10 bilhões de



dólares. Em 1985, finalmente ocorre a tão desejada eleição direta para presidente, que elege Tancredo Neves, que morre antes mesmo de tomar posse, passando o cargo para José Sarney (1985 – 1990), ironicamente ex-presidente do PDS<sup>1</sup>.

## A Novembrada

Florianópolis aguardava a visita de seu presidente militar, João Figueiredo, que viera em busca de melhorar sua popularidade. No dia 29 de novembro de 1979, faixas espalhadas pela cidade pintavam um presidente sorridente, amigo do povo, um homem de confiança para um país próspero, um homem que se vestia com slogans-clichês. Um balão saudava a tão esperada visita, enquanto uma placa jazia intocada na praça XV, no centro da cidade. Ao mesmo tempo, um pequeno grupo de estudantes, todos componentes do DCE, Diretório Central dos Estudantes, da Universidade Federal de Santa Catarina, espalhava panfletos marcando presença no ato público pela defesa do cidadão e contra os aumentos do custo de vida; vários taxistas paravam seus carros para somar ao ato, também contra os aumentos dos preços, mais especificamente ao preço da gasolina, que subira em torno de 30%. O cenário se completava com o estridente som de panelas se chocando, ato das donas de casa ameaçadas pelo alto valor da comida. Florianópolis, antiga Desterro com certeza aguardava a visita de seu presidente militar.

Na década de 1970, havia muitos movimentos contra o governo militar que havia instaurado uma ditadura imposta. A população finalmente enxergava a fissura na economia brasileira, mascarada através do Milagre Econômico. Os recentes aumentos nos preços de produtos como a gasolina e de gêneros alimentícios básicos (como o feijão e a farinha, entre outros) eram ferramentas hostis contra o governo. Certos aspectos, que serão discutidos ao decorrer do texto, deixaram a situação em Florianópolis ainda mais delicada, mas o estopim que realmente fez estourar esse barril de pólvora social foi um simples movimento do então presidente; movimento este que ainda hoje pode ser visto como contraditório.

Além da frágil economia que deixava grande parcela da população em dificuldades nas necessidades básicas, a visita era muito esperada principalmente entre os estudantes, pelos anteriores acontecimentos da Operação Barriga Verde em 1975, que causaram grande insatisfação por causa do conhecimento popular do uso da tortura institucionalizada como

---

<sup>1</sup> As obras utilizadas como referência para elaboração da parte introdutória deste artigo são: SILVA, Helio; CARNEIRO, Maria Cecilia Ribas. *A novembrada*. Rio de Janeiro: Ed. Tres, 1975. MIGUEL, Luis Felipe. *Revolta em Florianópolis : a novembrada de 1979*. Florianópolis: Insular, 1995. SZTERLING, Silvia. *1968-1974: a guerra silenciosa*. São Paulo: Atica, 2003.



forma de inquérito. O então DCE da UFSC, formado em sua quase totalidade por estudantes de Medicina, ao ter conhecimento da visita do presidente Figueiredo, organizada pelo governador Jorge Bornhausen<sup>2</sup>, começaram a preparar um ato de resistência para protestar em favor da insatisfação em relação ao regime militar. Faixas foram pintadas e panfletos impressos, organizaram-se pequenos grupos para distribuição desses panfletos na Praça XV, em frente à antiga Casa do Governador, hoje o Palácio Cruz e Souza, onde o presidente faria uma aparição pública. Em entrevista cedida, o professor da UDESC, integrante do antigo DCE e participante dos acontecimentos aqui narrados, Geraldo Barbosa diz que “o ato Novembrada foi público, mas sua organização foi reservada, senão não conseguiríamos fazer, porque havia toda uma espionagem que não deixava a gente fazer o ato”<sup>3</sup>. O inesperado foi a participação por parte da população presente na praça, que recebia os panfletos e alguns inclusive ajudaram os pequenos grupos de estudantes que os distribuía. O grupo de pessoas que se concentravam em frente à Casa do Governador gritava palavras de ordem em favor das eleições diretas, e frases normalmente presentes, como ‘menos luxo mais feijão’. Percebendo o tumulto, Figueiredo sai pela sacada e contempla a massa que se formara na Praça e, diante das palavras de ordem, aproxima seu polegar e indicador direitos, formando o universal sinal de ‘ok’. Nesse momento o pequeno ato pacífico organizado pelos estudantes ganhou proporções nunca imaginadas.

Para muitos dos presentes, aquele gesto fora uma ofensa. Seria inconcebível para a população o presidente ofender, por menor que seja a ofensa, o seu povo. Para Geraldo Barbosa e Dario de Almeida Prado, também entrevistado e que estava no ato, o gesto de João Batista Figueiredo tinha o significado de que as opiniões expressadas eram a opinião de uma pequena parcela, minoria da população e não da nação. Porém, tal gesto provocou uma cadeia de reações que escaparam do poder do governo. A seguir, a população começou a agredir verbalmente a figura de Figueiredo e de sua mãe. Ofendido, João Batista desceu da sacada até a Praça XV de Novembro para se confrontar com os manifestantes. Segundo Barbosa, Figueiredo desceu do Palácio para questionar as ofensas dirigidas contra ele. O filme<sup>4</sup> de

---

<sup>2</sup> Jorge Bornhausen também tinha interesse na visita do presidente militar João Figueiredo pela negociação da verba para a construção de uma siderúrgica em Imbituba, a Sidersul.

<sup>3</sup> BARBOSA, Geraldo. Depoimento para documentário *Novembrada: cheiro do povo, cheiro de pólvora*. Abril de 2005, Florianópolis. Entrevistador: Maurício Shigueo Ricci Ieri. Acervo do Laboratório de Pesquisa de Imagem e Som (LAPIS).

<sup>4</sup> Novembrada, curta-metragem escrito e dirigido em 1998 por Eduardo Paredes, com Lima Duarte como Figueiredo, ganhador dos prêmios Canal Brasil, Melhor Direção de Arte e Melhor Filme (júri popular) no Festival de Gramado de 1998. Em uma de suas melhores cenas, lembrada por Geraldo, Lima Duarte recria as ofendidas palavras de Figueiredo, semelhante a gravações de áudio feitas no dia.



Eduardo Paredes mostra de forma clara e nítida o que o presidente disse no calor dos acontecimentos:

o que não admito é ser ofendido, eu deixei de ser o presidente da República e vim aqui como povo (...). Povo não é esse tiquinho de gente que está aí! Eles têm o direito de ser comunista, mas se são esses os argumentos, vão usar esse argumentos na Rússia, no meu país não! (...). A minha mãe não está em pauta!<sup>5</sup>

Após um breve tumulto, controlado com certa dificuldade pelo cordão de policiais, que não esperavam o protesto e estavam em pequeno número, Figueiredo volta para a programação e se dirige ao café Ponto Chic, o Senadinho, para receber um diploma de cidadão do município, onde os manifestantes novamente entraram em atrito com o presidente, mas sem resultados relevantes.

A placa, ainda por inaugurar, mas já situada na Praça XV causava desconforto na população: uma homenagem para Floriano Peixoto (1891 – 1894) realizada por Figueiredo. A Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim servia de ponto estratégico e fora uma das primeiras a receber construções européias, servira também para Floriano como prisão política durante a Revolução Federalista, de 1893 a 1895, terminando com os federalistas derrotados após a morte de seu líder militar, o caudilho Gumerindo Saraiva. No ano de 1894, 185 pessoas da região de Nossa Senhora do Desterro acusadas de oposição ao governo federal foram sumariamente executadas. Por se tratar de uma pequena cidade na ocasião, mesmo famílias conservadoras e politicamente ligadas ao governo tiveram membros mortos no massacre, o que acarretou profundo rancor em Desterro pelo Marechal Floriano Peixoto. No mesmo ano, a cidade teve seu nome, Nossa Senhora do Desterro, trocada para Florianópolis, em homenagem a Floriano. Em 1979, grande parcela dos habitantes, principalmente os estudantes, estava familiarizada com os acontecimentos fatídicos de Anhatomirim e havia grandes dificuldades em aceitar o nome da cidade. A placa significava, portanto, talvez a maior ferida social de Florianópolis. Para Geraldo, a homenagem de Figueiredo pode também ter sido entendida como “o ditador de hoje homenageando o de ontem, um cara que matou toda a oposição e trocou o nome da cidade”<sup>6</sup> e mostrava a continuidade de arbitrariedade e repressão do regime militar no governo de João. Assim, a placa foi arrancada e queimada pela população, um claro sinal de insatisfação popular e reconhecimento histórico.

---

<sup>5</sup> Ibid. BARBOSA, 2005.

<sup>6</sup> Idem, 2005.





Em seguida, o protesto varreu o centro da cidade, destruindo os cartazes e faixas saudando o presidente, além de derrubar e queimar um balão de boas vindas. Seguindo os passos da visita presidencial, os manifestantes roubaram um ônibus e se dirigiram a um churrasco, de onde Figueiredo foi embora às pressas, avisado da aproximação dos que estavam no protesto. Junto ao protesto dos estudantes que teve início na Praça XV, houve protesto por parte dos taxistas, indignados com o aumento da gasolina e de várias donas-de-casa e empregadas domésticas, que bateram panelas para se manifestar contra o aumento da comida.

A resposta do governo deu-se no dia seguinte, 30 de novembro, sábado. Infiltrados entre os manifestantes, fotógrafos identificaram os responsáveis pela organização do protesto na Praça XV e lançou-se voz de prisão sobre Marise Lipel, Newton Vasconcelos, Geraldo Barbosa, Amilton ‘Mosquito’ Alexandre, Rosângela K. de Souza, Lígia Geovanella e o presidente do DCE, Adolfo Dias. Com exceção de Lígia e Adolfo, que fugiram com Dario para Rio dos Cedros, onde permaneceram alguns dias escondidos junto a uma represa, todos os estudantes foram perseguidos, presos e enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Adolfo e Lígia, por serem os de maior vínculo com o DCE, fugiram com medo da repetição dos fatos da Operação Barriga Verde. O medo da tortura era constante, por isso foi organizado um ato na Praça XV de novembro, com grande participação popular. Discursou Josefina Geovanella, mãe de Lígia, que lembrou a população de 1975, quando teve um filho preso e que, sob tortura, teve o crânio fraturado. A população mostrou apoio e solidariedade, pressionando o governo a dar provas da integridade física dos sete presos.

Lígia e Adolfo se entregaram alguns dias após a Novembrada em um local público, com a presença de testemunhas e da imprensa. Geraldo e Lúcio Geovanella, irmão de Lígia, comentam da tortura psicológica sofrida: “deixaram minha irmã em uma sala muito clara durante quatro horas antes de interrogá-la, quando pediam para que ela entregasse mais pessoas envolvidas, ela simplesmente chorava e chorava”<sup>7</sup>. Durante os interrogatórios sempre estiveram presentes advogados e as visitas médicas eram diárias, certificando-se que os estudantes não estavam sob tortura física. A imprensa foi usada como arma para divulgar os acontecimentos do caso e mobilizar a população em defesa dos presos. A cidade não mais iria aceitar torturas e mortes como em 75.

Após três anos de processo, foram todos absolvidos das acusações.

---

<sup>7</sup> GEOVANELLA, 2005. Depoimento para documentário *Novembrada: cheiro do povo, cheiro de pólvora*. Abril de 2005, Florianópolis. Entrevistador: Maurício Shigueo Ricci Ieri. Acervo do Laboratório de Pesquisa de Imagem e Som (LAPIS).





### **Barriga Verde e Novembrada: sinais do enfraquecimento**

Assim o golpe militar de 1964 deixa o país em uma situação muito pior do que a que encontrou: a economia estava falida, a dívida externa era imensa, causada por mal planejados planos, como o Proálcool, e direções econômicas duvidosas e recorrentes, como fazer empréstimos para pagar juros e rolar a dívida. O acordo nuclear com a Alemanha rendeu apenas tecnologia ultrapassada e novas usinas com produção menor do que as usinas da mal explorada malha hidrográfica brasileira. O arrocho salarial deu maior conforto financeiro para a burguesia, enquanto as classes baixas perdiam cada vez mais poder aquisitivo. A inflação era galopante, o mercado interno cada vez menor e as multinacionais tiravam enorme proveito, ganhando rios de dinheiro.

A oposição ao governo não era aceita e a repressão, violenta. O sumiço de professores de nível superior passou a um fato quase corriqueiro, o corpo estudantil perdeu a organização e o partido comunista passou para a ilegalidade. A violência, a tortura, foram as principais armas de controle do regime militar. Santa Catarina sentiu esse amargo gosto por duas vezes.

Em 1975, ainda durante a sombra de Médici, mesmo no governo Geisel, o estado sofreu a perseguição pela chamada operação Barriga Verde, quando 45 pessoas foram presas e levadas para Curitiba onde sofreram tortura na tentativa dos militares de conseguir novos nomes de opositores. Essas 45 pessoas passaram por métodos clássicos de tortura, como o pau-de-arara, onde a pessoa é amarrada em um pau, com os pés para cima, amarrados junto com as mãos; choques em diversas partes do corpo; unhas arrancadas com alicates; compressão craniana; empalamentos e pelo menos um caso onde inseticida foi aplicado diretamente na veia, destruindo a coordenação motora da vítima.

Pouco foi divulgado e praticamente não houve mobilizações significativas. A população sofrera com a mão de ferro de Médici e esta sem ímpeto para lutar, o espírito brasileiro estava quebrado pela violência e pela crise econômica, como é possível notar na oposição pobremente ativa em todo o território nacional, formado praticamente por pequenas e frágeis guerrilhas.

Quatro anos após a operação Barriga Verde, em 1979 portanto, o cenário político era outro. A abertura política estava em sua fase final, a imprensa não mais sofria com a censura e a organização estudantil retomava suas bases. Em 79, Florianópolis recebeu a visita do General João Batista Figueiredo e os sinais de mudanças foram claros. Esse pequeno espaço



de quatro anos representa uma enorme cratera no aspecto político e social brasileiro, o contraste é imenso.

Primeiramente a organização estudantil da Novembrada, com iniciativa dos estudantes da Universidade Federal, membros do DCE, Diretório Central dos Estudantes. Se não fosse o protesto da Praça XV, a visita do Presidente se daria sem maiores observações a serem feitas, logicamente que seria com certo desconforto pelas manifestações dos taxistas e do ‘panelaço’ das donas de casa florianopolitanas. As proporções se deram pela iniciativa estudantil de lutar pelos direitos da população, um levante contra a pobreza e a fome, a verdadeira miséria que o brasileiro tinha que encarar como realidade. A participação e adesão da população foi uma surpresa inclusive para a organização estudantil. Muitos populares ajudaram a distribuir panfletos, conforme os depoimentos coletados nas entrevistas e houve um incrível número de moradores da cidade concentrados nos arredores da Praça XV de Novembro. O número de policiais era claramente baixo e foram pegos de surpresa: a segurança do presidente consistia de alguns poucos policiais aguardando nas escadarias do palácio Cruz e Souza.

A imprensa local condenou os acontecimentos, alguns artigos chamam os estudantes de terroristas, mas logo após a prisão dos sete membros do DCE que foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional, houve grande comoção da imprensa e da população, inclusive com grandes atos novamente na Praça XV de novembro. Tanto a imprensa quanto a população buscava se certificar do bem-estar dos presos, exigindo a presença de advogados durante os interrogatórios e da visita diária de médicos para garantir a integridade física. Florianópolis não queria outra Operação Barriga Verde. Ao contrário das declarações oficiais, houveram sim torturas, mas de cunho psicológico. Lígia Geovanella conta que passou quatro horas em um ambiente excessivamente claro antes de ser interrogada, por exemplo.

Os acontecimentos de novembro de 1979 foram, para muitos, os primeiros sinais da insatisfação popular que ganharam forma, indicando um possível início para queda do regime militar. A indignação popular ainda carregava a tortura de 1975. A Novembrada se iniciou durante a Operação Barriga Verde.

## **Conclusão**

A Novembrada foi um sinal da mudança dentro da República brasileira. Durante a Operação Barriga Verde houve tortura e injustiças, que passaram sem atos de questionamento organizado pela população; já nas manifestações de 1979 a população se organizou pelo bem-estar dos sete presos, querendo garantir um julgamento justo e a integridade física de todos. Os atos não apenas espelharam a acumulada indignação do brasileiro com a estratégia



econômica da ditadura militar, e da violência empregada como instrumento, mas também a fúria da população com o fraco comando de Figueiredo, que não mostrava firmeza política e era dono das mais contraditórias frases. A Novembrada é o início da quebra do poderio militar, a força da união popular para lutar por seus direitos, a mesma força que deu face às manifestações da 'Diretas Já'. Os quatro anos que cobrem o espaço entre os dois acontecimentos acima citados formam dois quadros totalmente diferentes. Em 6 anos teríamos outra pintura, ainda com a sombra escarlate do sangue derramado da oposição.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Geraldo. Depoimento para documentário *Novembrada: cheiro do povo, cheiro de pólvora*. Abril de 2005, Florianópolis. Entrevistador: Maurício Shigueo Ricci Ieri. Acervo do Laboratório de Pesquisa de Imagem e Som (LAPIS).

GEOVANELLA, Lúcio. Depoimento para documentário *Novembrada: cheiro do povo, cheiro de pólvora*. Abril de 2005, Florianópolis. Entrevistador: Maurício Shigueo Ricci Ieri. Acervo do Laboratório de Pesquisa de Imagem e Som (LAPIS).

PRADO, Dario de Almeida. Depoimento para documentário *Novembrada: cheiro do povo, cheiro de pólvora*. Abril de 2005, Florianópolis. Entrevistador: Maurício Shigueo Ricci Ieri. Acervo do Laboratório de Pesquisa de Imagem e Som (LAPIS).

SILVA, Helio; CARNEIRO, Maria Cecilia Ribas. *A novembrada*. Rio de Janeiro: Ed. Tres, 1975.

MIGUEL, Luis Felipe. *Revolta em Florianópolis : a novembrada de 1979*. Florianópolis: Insular, 1995.

SZTERLING, Silvia. *1968-1974: a guerra silenciosa*. São Paulo: Atica, 2003.

## Sítios acessados

<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2004/04/277617.shtml> - Acessado em 18/10/2007.

---

**\* Recebido em 23 de outubro de 2007. Aceito para publicação em 29 de junho de 2012.**

